

CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO
Av. Nossa Srª dos Navegantes, 675, 6º andar, Edifício Palácio do Café - Bairro Enseada do Suá, CEP 29.050-912, Vitória - ES
<https://www.crtes.gov.br>

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026

Processo Administrativo/SEI nº.: 13640.000074/2025-19

O **Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES**, através da pregoeira Fabrícia de Souza Barros, designada pela Portaria/CRT-ES nº. 006/2026, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº. 14.133/2021 e de outras normas legais aplicáveis ao objeto deste certame, realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 06/05/2026

HORÁRIO: 09:00 h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço **GLOBAL**

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para a execução de serviços comuns de engenharia, destinados à reforma e adequações na Sede do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo, localizada na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº. 675, 6º andar, Edifício Palácio do Café, Enseada do Suá, Vitória/ES**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
1	Contratação de empresa especializada para a execução de serviços comuns de engenharia, destinados à reforma e adequações na Sede do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo	Serviços	01	R\$ 481.610,57
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 481.610,57 (Quatrocentos e oitenta e um mil seiscentos e dez reais e cinquenta e sete centavos).				

1.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o valor apresentado na proposta comercial deverá ser **global e suficiente para a integral execução do objeto**, compreendendo **todos os custos e despesas diretas e indiretas** necessárias à execução dos serviços objeto desta contratação.

1.3. Será exigida garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a ser prestada em uma das modalidades legalmente previstas na lei.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. Empresa estrangeira que não funcione no Brasil, enquanto pendente a regulamentação citada no parágrafo único do art. 70 da Lei n. 14.133/2021;

2.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitada de participar da licitação ou contratar com a Administração Pública em

decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.6.1. O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CRT-ES ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Sociedades cooperativas;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.7.12. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição

2.7.13. Pessoa Física.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA VISTORIA TÉCNICA

3.1. A vistoria técnica prévia ao local de execução dos serviços possui caráter facultativo, destinando-se a proporcionar às empresas interessadas o pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos serviços a serem executados.

3.2. O agendamento da visita poderá ser realizado a partir da data de publicação do edital até o limite de **05 (cinco) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública do certame**. As visitas técnicas, por sua vez, deverão ocorrer até **04 (quatro) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública**, de modo a assegurar que os licitantes disponham de tempo hábil para análise das informações obtidas in loco e, se necessário, para apresentação de questionamentos ou impugnações, nos termos do Decreto nº 10.024/2019.

3.2.1. O agendamento da visita técnica deverá ser realizado exclusivamente por meio do e-mail licitacao@crtes.gov.br, não sendo admitidas solicitações por outros canais de comunicação.

3.3.2. Serão disponibilizados horários diferentes aos interessados em realizar a visita técnica

3.3. Será emitido Termo de Vistoria Técnica declarando que a empresa representada por

profissional devidamente autorizado e que seja do quadro de pessoal da empresa, procedeu vistoria nas instalações do CRT-ES e tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta;

3.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria antes da realização do certame, não poderá posteriormente alegar desconhecimento das instalações ou das condições do local, tampouco utilizar tal justificativa como fundamento para pleitear alteração contratual.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

4.1.1 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor total ofertado para o item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2. A licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

4.2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

4.2.2. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

4.2.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.2.4. Sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste **Pregão**.

4.3. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:

4.3.1. Atende aos requisitos do art. 3º da LC n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

4.3.2. No ano-calendário de realização deste **Pregão**, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

4.5. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.6. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

4.7. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.8. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão

pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.9. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pela **Pregoeira**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeira** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº. 14.133/2021.

6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6. Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.

6.9. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado será o **aberto**.

6.9.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10(dez) minutos, e após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2

(dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 10,00 (Dez reais)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.9.3. Definida a melhor proposta se, a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

6.9.3.1. Preenchido o requisito definido neste subitem, caso a Pregoeira decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentarão essa decisão.

6.9.3.2 Ocorrendo o reinício previsto neste subitem, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

6.9.3.3. Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

7.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.1.1.1. Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n. 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

7.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006;

7.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Definido o resultado do julgamento, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.2. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.3. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.4. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.5. Depois de concluída, a negociação será registrada na Ata do Pregão Eletrônico.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Como condição prévia ao exame da proposta comercial definitiva e da documentação de habilitação do licitante, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo licitatório, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.2. A licitante provisoriamente mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma dos Anexos VII e VIII, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pela Pregoeira** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema www.gov.br/compras.

9.3. A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeira; ou de ofício, a critério da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

9.4. A proposta de preço deverá conter, ainda, os seguintes documentos:

9.4.1. Planilha de Orçamento sintético;

9.4.2. Planilha de composição unitária (orçamento analítico) de todos os itens da planilha orçamentária;

9.5. A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

9.5.1. A Pregoeira poderá solicitar parecer de servidores técnicos do CRT-ES para esclarecer dúvidas e fundamentar sua decisão.

9.5.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.5.3. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo CRT-ES.

9.5.4. As propostas **não poderão apresentar preços unitários superiores aos constantes na planilha orçamentária do CRT-ES**, observada **exceção expressa** desde que tal incremento não ultrapasse o Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI) acumulado da data-base do orçamento estimativo até a data-base de apresentação das propostas e salvo quando devidamente justificados pela licitante e aceitos pela Administração, sem prejuízo da avaliação do conjunto da proposta.

9.5.5. Caso a **licitante** apresente sua proposta com valores unitários e global superiores ao definido no parágrafo anterior, ele poderá, após diligência, ajustá-los ao estabelecido. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza hipótese de desclassificação da proposta;

9.6. A não apresentação de qualquer das planilhas e composições acarretará a desclassificação da licitante.

9.7. Em caso de divergência entre o custo constante da composição unitária e o constante da planilha de orçamento sintético, prevalecerá o primeiro, obedecido o critério de aceitabilidade de preços unitários acima descrito.

9.8. As composições de custos unitários elaboradas pelo CRT-ES são meros instrumentos de referência para a elaboração do orçamento estimativo. Cada **licitante** deve elaborar suas próprias composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra que entenderem necessários para a conclusão do serviço de acordo com a especificação técnica.

9.9. Será considerada inexecutável a proposta cujos valor for inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo CRT-ES, conforme legislação vigente.

9.10. Havendo indícios de inexecutabilidade, inconsistências ou necessidade de esclarecimentos, a pregoeira poderá promover diligências para que a licitante comprove a viabilidade de sua proposta, podendo ser exigida a apresentação de composições de custos, notas explicativas, documentos técnicos ou outros elementos que demonstrem a executabilidade dos preços ofertados, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua executabilidade.

9.11. Caso a licitante apresente sua proposta com valores unitários e global superiores ao definido na planilha orçamentária da Administração, ele poderá, após diligência, ajustá-los ao estabelecido. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza hipótese de desclassificação da proposta;

9.12. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor quando sua proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, correspondente à diferença entre o valor estimado pelo CRT-ES e o valor ofertado, sem prejuízo das demais garantias exigíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.12.1. A licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta de preços, declaração se comprometendo a apresentar garantia adicional conforme item 9.12. deste Edital.

9.13. Será desclassificada a proposta que:

9.13.1. Contiver vícios insanáveis;

9.13.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

9.13.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

9.13.4. Não tiver sua executabilidade demonstrada, quando exigido pela Pregoeira;

9.13.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde

que insanável;

9.13.6. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Pregoeira.

9.14. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

9.15. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A licitante provisoriamente mais bem classificada deverá encaminhar, **conjuntamente com a proposta comercial definitiva ajustada ao último lance ofertado, todos os documentos necessários à comprovação de sua habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, caso não estejam contemplados no SICAF, bem como a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica, além de eventuais condições adicionais estabelecidas neste Edital.

10.2. O envio deverá ser realizado por meio da funcionalidade “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da respectiva convocação, prorrogável por igual período, a critério da Pregoeira, mediante justificativa devidamente fundamentada e aceita.

Habilitação jurídica

10.3. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme o caso:

10.3.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza da sociedade, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva;

10.3.2. no caso de sociedades por ações, além dos documentos previstos no item 10.3.1, a ata de eleição de seus administradores;

10.3.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10.3.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.3.5. documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) da licitante, tais como atas, procurações ou instrumentos equivalentes.

10.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do

10.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.10. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.11. Caso a licitante seja considerada isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômica Financeira

10.12. Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

10.13. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

10.13.1. A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados

10.13.2. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

10.13.3. O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

10.13.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

10.14. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.15. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos exigidos neste Edital.

10.16. Os documentos exigidos na Condição anterior deverão comprovar:

10.16.1. Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% do valor da proposta;

10.16.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a um;

10.17. Os indicadores previstos serão calculados por exercício, de forma que serão verificados 2 (dois) conjuntos de indicadores, 1 (um) para cada exercício social a que se referirem as demonstrações contábeis.

10.17.1. O termo indicadores previsto nesta subcondição não se restringe aos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), englobando todos aqueles exigidos no Edital, tais como, o Capital Circulante Líquido (CCL) e o Patrimônio Líquido (PL).

10.18. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação técnico-operacional

10.19. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais CRT competente da região a que estiver vinculada a licitante.

10.20. A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de 1 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação.

10.20.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a demonstração de execução de obra ou serviço de engenharia em edificação comercial ou institucional, com características semelhantes ao objeto licitado, contemplando, no mínimo, as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

a) Execução de forro em gesso acartonado e/ou instalação de painéis em MDF ou materiais similares;

b) Execução de instalações elétricas prediais, incluindo montagem de quadros de distribuição, circuitos e pontos elétricos;

c) Execução de revestimentos de piso, incluindo piso vinílico, porcelanato ou materiais equivalentes;

d) Execução de serviços de pintura em superfícies internas, abrangendo paredes e forros.

10.20.2. Os atestados apresentados deverão demonstrar que os serviços foram executados com características, quantidades e grau de complexidade compatíveis com o objeto da presente contratação.

10.20.3. Para fins de compatibilidade, será admitida a comprovação por meio de um ou mais atestados, podendo as parcelas de maior relevância estar distribuídas entre eles.

Qualificação técnico-profissional

10.21. A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente (ou por vínculo formal de prestação de serviços, conforme a Lei, profissional de nível técnico ou superior, conforme o caso, detentor de acervo técnico compatível com o objeto, que será o **Responsável Técnico (RT)** pela execução dos serviços.

10.22. Comprovação que o Responsável Técnico está registrado e em situação ativa no Conselho Profissional competente para o exercício das atividades. (CREA, CAU ou CRT).

10.23. Comprovação de Experiência Técnica (Acervo Pessoal): Apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica** em nome do **Responsável Técnico (RT)**, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART)**, **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** ou **Termo de Responsabilidade Técnica (TRT)**, comprovando a experiência na execução de serviços de natureza e porte semelhante com o objeto pretendido.

10.24. Caso a contratada venha a alterar o responsável técnico posteriormente, deverá comprovar que o novo responsável possui a qualificação exigida neste Edital.

10.25. Os atestados e certidões recebidos estarão sujeitos à verificação do Agente de Contratação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos Art. 169, § 3º, II da Lei Federal nº. 14.133/2021 e 337-F do Código Penal.

10.26. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

10.27. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.28. Em se tratando de empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme a lei.

10.28.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.28.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da pregoeira, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.28.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará à Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.29. Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados à Pregoeira, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

10.29.1. Houve erro no envio ou juntada no momento oportuno;

10.29.2. Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.

10.29.3. Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;

10.29.4. Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.

10.30. O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo **Pregoeira**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.31. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

11. DOS RECURSOS

11.1. Qualquer **licitante** poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.

11.3. As demais **licitantes** ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

11.4. Será assegurado à **licitante** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Após a homologação e adjudicação deste Pregão pela autoridade competente, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CRT-ES.

12.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

12.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

12.5. Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

12.5.1. Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

12.5.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DAS SANÇÕES

13.1. Com fundamento no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021, cumulativamente ou não com multa aplicada em razão de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, a licitante:

13.1.1 Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

13.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, nos prazos estabelecidos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.2. Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta

e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

13.2.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.3. Fraudar a licitação;

13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2.4.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

13.2.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

13.3. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

13.4.1. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do CRT-ES, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.4.2. A Administração poderá utilizar quaisquer meios idôneos que assegurem a ciência da licitante, sendo presumida válida a comunicação realizada no sistema eletrônico da licitação e no SICAF, cabendo à licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista neste edital.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacao@crtes.gov.br

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no CRT-ES.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://crtes.gov.br/>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Projetos executivos

Anexo III - Orçamento estimativo CRT-ES

Anexo IV – Cronograma físico-financeiro CRT-ES

Anexo V - Modelo de declaração de vistoria/visita técnica

Anexo VI - Modelo de declaração de dispensa vistoria/visita técnica

Anexo VII - Modelo de proposta de preços

Anexo VIII – Modelo de planilha orçamento analítico

Anexo IX - Minuta Contratual

Tec. Agrimensura Valmir Xavier Martins
Presidente do Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Espírito Santo – CRT-ES



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Xavier Martins**, Presidente, em 05/05/2026, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida neste [link](#), informando o código verificador **0069172** e o código CRC **C92B5E7B**.

13640.000074/2025-19

0069172v2